BOUTIQUE SUZETE & ROSÁRIO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 04972/981013; identificação de pessoa colectiva n.º 504259024; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 01/981013.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — Maria Suzete Lopes Flor, divorciada, Rua de José Osório Oliveira, 4, 1.º, direito, Setúbal.

2 — Maria do Rosário Ferreira Pardal Barroso Santiago casada com Jorge Francisco Barroso Santiago, na comunhão de adquiridos, Rua de Frei António das Chagas, 16, 2.º, esquerdo, Setúbal, constituem a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Boutique Suzete & Rosário, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de Manuel Gonçalves, piso 0, loja 8, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

§ único. A sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe por simples deliberação da gerência, bem como abrir ou encenar agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de pronto-a-vestir e acessórios.

ARTIGO 3.º

O capital social é de quatrocentos mil escudos, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de duzentos mil escudos, uma de cada um dos sócios.

§ 1.º Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de quatro milhões de escudos.

§ 2.º Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambas as sócias, desde já designadas gerentes.

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessário a intervenção de dois gerentes.

§ 2.º A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre sócios é livremente permitida. Depende sempre do prévio consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos, sendo nas cessões onerosas, conferido o direito de preferência, em primeiro lugar, à sociedade, e, em segundo, aos sócios não cedentes, na proporção das quotas de que, ao tempo, sejam titulares.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

§ 1.º Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

§ 2.º Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

§ 3.º Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 7.º

Quando a lei não prescreva outras formalidades, as assembleias gerais, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

Disposição transitória

Que a gerência fica, desde já, autorizada a levantar o capital social, depositado a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social. Que a sociedade assume, desde já, as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados, em seu nome, pela gerência, bem como a aquisição, para a sociedade de quaisquer direitos, antes do registo definitivo do contrato social, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais e de harmonia com o artigo 19.º e quaisquer outros aplicáveis do citado diploma legal.

Está conforme o original.

18 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 2011080401

WIND ROSE — ACTIVIDADES TURÍSTICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05115/990210; identificação de pessoa colectiva n.º 504427946; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 26/20010222.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Aumento de capital e alteração parcial do contrato.

Montante do reforço e como foi subscrito: 1 506 025\$, em dinheiro, quanto 753 012\$, por João Carlos Valente Sequeira Cabeçadas; e 753 013\$, por Vítor Manuel Moreira de Pinho. Tendo, em consequência, o artigo 3.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de doze mil e quinhentos euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de seis mil duzentos e cinquenta euros, pertencente uma a cada um dos sócios.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

20 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 1000301361

DOM BARRIGAS — CERVEJARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05028/981211; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 19/981211.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — José Manuel de Jesus Augusto casado com Ana Maria Canito Santos Jesus Augusto, na comunhão de adquiridos, Avenida de Angola, 10, 6.º, esquerdo, Setúbal.

2 — Orlando Veríssimo Lopes Rubio, solteiro, maior, Praceta Meia Laranja, 12, 4.º, esquerdo, Setúbal, constituem a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Dom Barrigas — Cervejaria, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Praceta de Manuel Nunes de Almeida, 24, freguesia de São Julião, do concelho de Setúbal.

3 — Por deliberação da gerência poderá esta deslocar a sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e criar filiais, sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é exploração de cervejaria e *snack-bar*.

ARTIGO 3.º

O capital social é de um milhão e cinquenta mil escudos, e corresponde à soma de duas quotas iguais de quinhentos e vinte e cinco mil escudos cada, pertencentes uma a cada um dos sócios.

§ único. Cada um dos sócios realizou já, em dinheiro, metade do valor da respectiva quota, sendo a parte restante realizada também em dinheiro, no prazo máximo de um ano.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelos dois sócios, desde já nomeados gerentes.

2 — A sociedade, é representada, e obriga-se em juízo e fora dele, activa e passivamente pela assinatura dos dois gerentes.

3 — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos à sua normal actividade, nomeadamente fianças, abonações e letras de favor, e em caso de infracção ao aqui estabelecido, fica o infractor responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe cause.

ARTIGO 5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer de harmonia com as condições que forem deliberadas em assembleia geral.

§ único. Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao décuplo do capital social e na proporção das suas respectivas quotas, desde que os sócios o deliberem por unanimidade de votos representativos da totalidade do capital social.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto, arrolamento, apreensão ou providência cautelar com idêntica finalidade;
- Falência ou insolvência do respectivo titular;
- Por falecimento ou interdição, no caso de os respectivos herdeiros ou representantes não assumirem nos termos do contrato, a posição do falecido ou interdito.

2 — O preço da quota amortizada será apurado através do último balanço, provado e será pago em prestações semestrais até ao limite máximo de dois anos.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

18 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 1000301360

BRUNO CARMO — PRESTAÇÃO SERVIÇOS MÉDICO-DENTÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05033/981218; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 66/20020326.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Redenominação com aumento de capital e alteração parcial do contrato.

Montante do reforço e como foi subscrito: 602 410\$, em dinheiro, quanto a 481 928\$ por Bruno Manuel Serrenes y do Carmo e 60 241\$ por cada uma das sócias, Irene Isabel Alves Pereira Serrenes e Maria da Saúde Gargalo.

Artigo alterado: 3.º
Termos da alteração:

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de 5000 euros e corresponde à soma de três quotas: uma de valor nominal de quatro

mil euros pertencente ao sócio Dr. Bruno Manuel Serrenes y do Carmo; duas, cada uma com o valor nominal de 500 euros, e pertencendo cada uma delas, a cada uma das sócias Irene Isabel Alves Pereira Serrenes e Maria da Saúde Gargalo.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

18 de Abril de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Dourel Parada de Carvalho*. 1000301359

TOMA E EMBRULHA — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO INTERIORES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 04962/980929; inscrições n.ºs 02 e 03; números e data das apresentações: 25 e 26/20011207.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Dissolução de sociedade e designação de liquidatário.

Prazo para a liquidação: um ano a contar de 26 de Setembro de 2001.

Liquidatária: Paula Alexandra Cunha de Carvalho Salazar.

Encerramento da liquidação: 18 de Setembro de 2001.

Está conforme o original.

7 de Março de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000209360

TRIFIXO — COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 05671/20000613; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/20000613.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

1 — Rui Pedro Teixeira Pimentel da Assunção, solteiro, maior, Rua de São José, 23-A, Pinhal de Frades, Seixal.

2 — Iceair Limited, Mill Mall, Suite seis, Wickham's Cay um, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas.

3 — O. P. F. — Engenharia Financeira, L.ª, Rua de Fernão Lopes, lote 14, Traseiras, 1.º, esquerdo, Setúbal, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma TRIFIXO — Comércio e Produtos de Telecomunicações, L.ª, vai ter a sua sede na Praceta de Afonso Paiva, lote 45, Vale de Cerejeiras ou Monte Belo, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

§ único. Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

A sociedade tem por objecto a promoção e comercialização de aparelhos de telecomunicações, acessórios e produtos conexos, bem como a prestação e serviços relacionada com os referidos aparelhos e produtos.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de três quotas, uma o valor nominal de mil euros pertencente ao sócio Rui Pedro Teixeira Pimentel da Assunção e duas do valor nominal de dois mil euros cada pertencentes uma à sócia ICEAIR — LIMITED e outra à sócia O. P. F. — Engenharia Financeira, L.ª

§ único. Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, que vencerão juros ou não, conforme for deliberado em assembleia geral.

4.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, quer activa quer passivamente, ficam a cargo dos gerentes a designar em assembleia geral, com ou sem remuneração conforme aí for deliberado.